

40º. Encontro Anual da ANPOCS

ST34 - Trabalho, trabalhadores e ação coletiva

Trabalhadores especializados itinerantes em Campos dos Goytacazes-RJ

Ricardo Nóbrega

Outubro de 2016

Desde meados da década de 1970, o Norte Fluminense tem se destacado como principal região produtora de petróleo no Brasil. No lugar de uma economia essencialmente agrária e agroindustrial, a região passou a abrigar um importante complexo de extração petrolífera que alterou significativamente o panorama local.

O crescimento econômico regional que se verificou em torno dessa atividade econômica trouxe consigo um rápido e significativo crescimento populacional e uma maior demanda por profissionais qualificados, que, em grande medida, foi suprida por meio de processos migratórios de âmbito regional, nacional e, até mesmo, internacional.

A relativa proximidade com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro – capital do Estado e uma das mais importantes cidades brasileiras – e também com Vitória e adjacências, favoreceu o desenvolvimento de migrações temporárias de periodicidade semanal ou quinzenal de trabalhadores especializados de diversos setores, como saúde, educação e serviços ligados à indústria petrolífera. Nos dois primeiros setores, é comum que esses trabalhadores passem alguns dias da semana em Campos e retornem para seus lares nos fins de semana, enquanto os trabalhadores das plataformas extratoras de petróleo – os chamados embarcados - alternam períodos de 14 dias em alto-mar com outros 14 ou 21 dias em suas residências originais. Essa rotina implica grandes mudanças suas vidas pessoais e em diversos casos representam grandes custos com residência, hospedagem e deslocamento nem sempre cobertos pelas empresas onde trabalham.

Além de um levantamento bibliográfico, apresentamos aqui os resultados parciais de uma pesquisa de campo realizada com esses trabalhadores em que, a partir de entrevistas semi-estruturadas, buscamos identificar a extensão e a frequência desses deslocamentos, bem como as consequências que estes representam para as condições materiais e subjetivas desses trabalhadores.

Na primeira seção, discorreremos sobre as características centrais da cadeia produtiva do petróleo, seu histórico, situando-a no contexto econômico brasileiro. Na

¹ Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

segunda, relacionaremos a presença dos trabalhadores itinerantes nessa região e suas peculiaridades ao crescimento econômico relacionado à atividade petrolífera.

1. O fordismo periférico e a constituição de uma economia do petróleo no Norte Fluminense

A cadeia produtiva do petróleo compreende um conjunto de atividades que se inserem no contexto da segunda revolução industrial. Além dos produtos energéticos (como os combustíveis), em sua cadeia de transformação também se produzem derivados não energéticos, como a nafta, que constitui a base para a indústria de plásticos, fertilizantes, medicamentos, borrachas e tecidos sintéticos, entre outros.

No caso brasileiro, a cadeia petrolífera seguiu o modelo cepalino de substituição de importações e esteve associada a um processo de modernização organizado pelo Estado (Domingues, 2009). Ocorreu no contexto do pós-guerra e da intensificação de seu processo de urbanização e industrialização no país, quando houve a constituição de um parque industrial diversificado e a elevação da demanda por combustíveis. Nesse âmbito, a capacitação nacional para a exploração da atividade tornou-se fundamental tanto em termos de produção de riqueza quanto por motivos estratégicos (Piquet, 2010).

Essa visão da atividade petrolífera como estratégica fez com que, em 1953, as reservas de petróleo e outras riquezas minerais presentes no subsolo fossem inseridas na Constituição como propriedade da União e, sua exploração, considerada uma questão estratégica de soberania nacional. Para a exploração dos hidrocarbonetos foi criada a empresa estatal Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, detentora do monopólio da prospecção e produção de petróleo no país (Silva e Furtado, 2006, Piquet, 2010).

Até a década de 1960, a quase totalidade dos materiais, equipamentos, serviços e recursos humanos especializados era proveniente do exterior, estando seu fornecimento sujeito às instabilidades do cenário político internacional. Para contornar essas restrições, o país realizou investimentos de grande vulto para o desenvolvimento tecnológico e para a formação de pessoal capacitado para a execução de serviços especializados. A Petrobras tornou-se, então, uma importante compradora de bens de capital sob encomenda no país, fomentando a formação de uma complexa rede de fornecedores de bens e serviços que envolve estaleiros, fabricantes de materiais e equipamentos, empresas de construção civil

e montagem industrial, firmas de projetos e engenharia, de logística e de infraestrutura, além de centros de pesquisa capazes de adaptar e desenvolver tecnologias de processo e de produto (Silva e Furtado, 2006, Piquet, 2010).

Desenvolveu-se, assim, uma cadeia comandada pelo comprador (*buyer-driven chain*), em que, fornecedores terceirizados fabricam mercadorias na quantidade, no prazo e segundo as especificações determinadas pelas Petrobras. Esse planejamento estratégico atingiu seus fins: enquanto nos anos 1950 as compras de bens e serviços no país eram de apenas 10%, no final dos anos 1980 passaram a representar aproximadamente 60% do total. O Brasil tornou-se, assim, parte de um seletivo grupo de países que possui grande produção de petróleo e grande participação de fornecedores locais, juntamente com Estados Unidos, Inglaterra e Noruega (Piquet, 2010).

O desenvolvimento do setor, no entanto, encontrou limitações. Em primeiro lugar, a dependência tecnológica e financeira em relação aos países do centro, refletindo o caráter semiperiférico da economia brasileira. As atividades centrais da cadeia produtiva do petróleo – que concentram a maior parte dos investimentos e envolvem bens e serviços sofisticados – possuem grandes barreiras de entrada tanto em termos tecnológicos quanto financeiros. As atividades de sísmica, perfuração de poços e instalação de plataformas e equipamentos, por exemplo, constituem um oligopólio formado por empresas especializadas e que são, frequentemente, transnacionais. Já os serviços e equipamentos de menor conteúdo tecnológico são fornecidos por uma multiplicidade de empresas de pequeno e médio porte, de âmbito local (Piquet, 2010).

A industrialização de países da periferia e semi-periferia mundial – ocorrida, muitas vezes, por meio da expansão das multinacionais - resultou uma nova variedade do regime fordista, que Lipietz (1989) denominou *fordismo periférico*. Este regime se caracteriza por um desenvolvimento industrial tardio, em que o capital acumulado a partir da exportação de produtos primários foi utilizado para adquirir bens de capital dos países centrais e deu início a um processo de substituição de importações de bens de consumo. Essa indústria nascente é protegida por meio de barreiras alfandegárias, estratégia que mais tarde é aplicada à produção de bens duráveis e de capital.

O fordismo periférico, no entanto, é um fordismo “incompleto” ou “subfordismo”: adotou-se um modelo equivalente de produção e consumo, mas sem que houvesse as respectivas relações sociais que deram origem ao fordismo central. Em primeiro lugar, não houve em igual escala a expropriação e a sistematização de conhecimentos operários

previamente existentes, o que significou a baixa inovação das forças produtivas após a fase de importação de bens de capital. Segundo, não houve uma ampliação significativa do poder de compra do operário e do camponês, o que fez com que os mercados internos permanecessem restritos. Por fim, pela assimetria dos “termos de troca” entre as matérias-primas e os bens de capital, o que implicou um crescimento muito rápido do volume de investimentos – e portanto, das importações – que não pôde ser compensado pelo crescimento das exportações de matérias-primas. Assim, desenvolvia-se uma tendência de déficit do comércio exterior e de endividamento, com inflação interna ou estagnação (Lipietz, 1989:309-310; Prebisch, 1962).

No caso brasileiro, nunca houve uma hegemonia dos processos centrais, “monopolistas”, associados ao fordismo nem do emprego formal e sindicalizado. Ao contrário, o fordismo sempre foi um regime urbano e restrito aos setores mais dinâmicos da economia, desenvolvendo-se de forma limitada, contraditória e desigual, voltado para o mercado interno e sem grande participação na pauta de exportações. Assim, os elementos do fordismo que aqui se estabeleceram geraram uma nova combinação, chamada de “fordismo periférico” (quando se ressaltavam suas incongruências macroeconômicas internas) ou “subfordismo” (quando se acentuava o processo de substituição de importações) (Domingues, 2008:92).

Nos anos 1970, em um cenário econômico de ampla disponibilidade de crédito internacional a taxas de juros relativamente baixa e de altos índices de crescimento econômico, o regime militar realizou empréstimos de grande monta para a modernização econômica do país e a implementação de indústrias de bens de capital fixo e de insumos básicos. Em 1974, ocorre a descoberta de jazidas de petróleo na plataforma continental da Bacia de Campos e, em 1977, a produção se inicia e a Petrobras se instala no município de Macaé, centralizando aí a instalação de unidades de prospecção, de extração, de produção e de transporte.

Na década de 1970 confirmou-se, ainda, a predominância das reservas nacionais em águas marítimas, com 94,2% das reservas provadas, (isto é, com elevada probabilidade de serem economicamente viáveis) e 91,2% da produção atual de petróleo localizada em mar. O estado do Rio de Janeiro, mais especificamente, passou a deter 84,5% das reservas provadas e 78,8% da produção marítima, o que representa 72% da produção total nacional, contra apenas 16% em 1980 (Fauré, 2005; ANP, 2013).

Ao longo desse período, no entanto, as condições macroeconômicas se alteraram: crise do petróleo levou à alta inflacionária nos Estados Unidos, o que trouxe a elevação das taxas de juros e provocou aumento dos encargos da dívida brasileira e de outros países latino-americanos. O endividamento externo contribuiu significativamente para a crise do modelo de desenvolvimento pautado pela substituição de exportações.

Os acordos para pagamento dos serviços da dívida externa implicaram uma política econômica pautada pela obtenção de superávits comerciais. Os estímulos à exportação não se mostraram suficientes, tornando-se necessárias recorrentes restrições ao ritmo de atividade econômica, que geraram estagnação da economia, elevada inflação e deterioração das finanças públicas. Em média, na década de 1980, o PIB cresceu em média 1,7%, em detrimento da média de 8,7% verificada no decênio de 1970. (Baltar, Dedecca e Henrique, 1996:88).

A etapa fordista do processo de industrialização brasileiro se deu em um período de crescimento econômico acelerado que durou de meados da década de 1940 até o ano de 1980. Nesse período houve o aumento da participação de bens de consumo não-duráveis na produção industrial. Os níveis salariais foram mantidos abaixo do aumento de produtividade e não houve a reposição total das perdas inflacionárias, o que significou a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores. Nunca houve, portanto, a formação de uma norma salarial fordista nem uma verdadeira norma de consumo de massa, configurando-se um padrão excludente de desenvolvimento do capitalismo em oposição ao Estado de Bem-Estar dos países centrais (Ferreira, 1997:181-185).

Após uma sucessão de planos econômicos que visaram ao controle inflacionário e que alcançaram, no melhor dos casos, êxitos de curta duração, no início da década de 1990 deu-se início a um processo de reformas baseadas nas prescrições do Consenso de Washington. Foram, então, implementadas políticas econômicas recessivas com vistas ao controle inflacionário e à formação do superávit primário para pagamento dos serviços da dívida, que combinaram uma abertura externa agressiva com austeridade fiscal e uma elevação dos níveis gerais de juros da economia que restringiu a atividade econômica.

A abertura comercial rápida e indiscriminada - associada à ausência de uma política adequada de reestruturação industrial, aos juros elevados e à desregulamentação dos mercados - teve efeitos danosos para vários setores da indústria nacional, a qual se desenvolveu a partir de incentivos estatais e de restrições à importação de bens concorrentes, sem que se acompanhasse as inovações tecnológicas do mercado

internacional e nem se tornasse competitiva em termos de preços com os bens de consumo de origem asiática. Além disso, em vez de facilitar a importação de bens de capital para a modernização do parque industrial nacional, a sobrevalorização cambial praticada no período na prática propiciou a importação massiva de bens de consumo – muitos dos quais, supérfluos - que desequilibrou a balança comercial e afetou diversos setores da indústria nacional (Mattoso e Baltar, 1997:13).

A abertura comercial associada à sobrevalorização do real frente ao dólar trouxe uma tendência ao desequilíbrio da balança comercial, com um crescimento desordenado das importações de bens manufaturados e desestímulo às exportações, que se tornaram relativamente mais caras. Houve ainda o crescimento da participação de bens primários na pauta de exportações brasileiras, mais sujeitos a oscilações de preços e à competição internacional. Os saldos negativos na balança comercial foram compensados com investimentos estrangeiros - em grande medida, especulativos e de curto prazo - que foram atraídos mediante altas taxas de juros e com recursos provenientes das privatizações (Giambiagi e Averbug, 2000).

Especificamente, no âmbito da economia do petróleo, essas medidas foram justificadas pelas dificuldades de financiamento para a expansão do setor em um contexto de aumento das necessidades energéticas, limitações econômico-financeiras impostas às empresas estatais e das necessidades de capacitação técnica e gerencial e das exigências das agências de financiamento externas. Nesse período, ocorre a abertura altera-se o perfil das compras da Petrobras em prejuízo dos fornecedores nacionais: das quinze plataformas de produção flutuante adquiridas pela Petrobras entre 1994 e 1998, apenas três foram construídas no Brasil. Enquanto as construídas no país receberam US\$ 600 milhões em investimentos, as doze que foram encomendadas a estaleiros no exterior tiveram um custo total de US\$ 2,3 bilhões (Piquet, 2010).

O projeto de liberalização do setor foi acentuado em 1997 pela lei 9.487, conhecida como Lei do Petróleo, promulgada durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Esse instrumento legal instituiu um novo marco regulatório para o setor, significando, na prática, a quebra do monopólio estatal para instituir a concorrência de empresas transnacionais com a Petrobras mediante o controle de uma agência regulatória, a Agência Nacional do Petróleo – ANP. O petróleo continuou a ser de propriedade da União, mas passou a ser explorado por empresas concessionárias de origem nacional ou estrangeira que tivessem sede e administração no Brasil, as quais pagariam bônus de assinatura,

royalties, participação especial e pagamento pela ocupação ou retenção de área (Fauré, 2005).

A abertura do mercado realizada desde 1997 conferiu certo grau de "internacionalização" à região, com a presença de empresas como Statoil, BG Brasil, Sinochem Brasil e Shell. No entanto, mesmo com a abertura econômica, a hegemonia da Petrobras no setor não foi posta em questão: em 2013, a empresa permanecia como a maior produtora de petróleo e gás natural, cabendo a ela 90,4% e 85,1% do mercado, respectivamente (Fauré, 2005; ANP, 2013).

No ano de 2006, jazidas de petróleo e gás foram descobertas na camada do Pré-Sal, com reservas estimadas de 80 bilhões de barris, que colocaria o Brasil entre os seis maiores produtores mundiais de petróleo. Além do grande volume de reservas, o óleo cru descoberto no Pré-Sal possui um alto grau de pureza, reduzindo os custos de refino.

A descoberta do Pré-Sal alterou a pauta energética do país, que naquele momento estava dominada pela agenda de geração dos biocombustíveis, que possuíam sobre o petróleo a vantagem de serem renováveis, menos poluentes e produzidos mediante tecnologia própria. Por outro lado, a sua produção teria maior custo e a desvantagem de ocupar grandes extensões de terras agricultáveis.

Em 2010 – sob o governo Lula – visando à proteção dos interesses nacionais sobre o Pré-Sal, houve uma nova alteração no marco regulatório. As leis 12.276/10 e 12.351/10, instituíram, respectivamente, os regimes de partilha da produção e cessão onerosa, que passaram a conviver com o modelo de concessão. De acordo com a Petrobras, o regime de concessão – aplicado a todas as bacias sedimentares, exceto às áreas de Pré-Sal após a promulgação da lei 12.276 e a áreas estratégicas - é normalmente usado em caso de risco exploratório médio ou alto, em que concessionário assume todos os riscos e investimentos de exploração e produção. Durante a licitação, o bônus de assinatura, o percentual de conteúdo local e o programa exploratório mínimo – proposta de trabalho de exploração que as empresas apresentam à ANP – são critérios que definem o vencedor. Em caso de descoberta comercial, o concessionário deve pagar à União, em dinheiro, tributos incidentes sobre a renda, além das participações governamentais aplicáveis (royalties, participações especiais e pagamento pela ocupação ou retenção de área). Uma vez feitos os pagamentos à União, o petróleo e o gás natural extraídos são propriedade exclusiva do concessionário.

O regime de partilha da produção, por sua vez, aplica-se a áreas do Pré-Sal que não tinham sido licitadas pelo modelo de concessão e a áreas estratégicas. É geralmente adotado em caso de baixo risco de exploração. A empresa contratada exerce, por sua conta e risco, as atividades de exploração e produção e a companhia ou o consórcio que executa as atividades assume o risco exploratório. Na licitação, o vencedor é aquele que oferece à União a maior participação no volume de óleo produzido. O bônus de assinatura também é fixado no edital e, em caso de descoberta de petróleo não ser economicamente viável, a companhia ou o consórcio não tem direito a qualquer tipo de indenização da União. Em caso de nova descoberta comercial, a companhia ou o consórcio recebe como ressarcimento volumes da produção correspondentes a suas despesas na exploração (o chamado óleo-custo). Além do óleo-custo, recebe também os volumes de produção correspondentes aos royalties devidos e o óleo-lucro. O valor dos royalties é repassado à União, que o distribui aos estados e municípios. Além disso, a Petrobras participa sempre como operadora, com uma participação mínima de 30% (Petrobras, 2015).

Por fim, o regime de cessão onerosa é exclusivamente aplicado à Petrobras. Esta possui a prerrogativa de explorar por um período de 40 anos, renováveis por mais cinco, e por meio de contratação direta, atividades de exploração e produção em áreas do Pré-Sal que não estejam sob o modelo de concessão e que tenham volume de reservas inferior a 5 bilhões de barris de petróleo. Nesses casos, a empresa arca com todos os custos e assume os riscos de produção. O regime de cessão onerosa é aplicado a todas as bacias sedimentares brasileiras, com exceção das áreas do Pré-Sal e de áreas estratégicas (Petrobras, 2015).

A crise mundial de 2008 afetou o crescimento econômico nos anos de 2009, 2011, 2012, 2013 e 2014, embora de forma não tão grave como foi para o conjunto da economia mundial. No primeiro ano, houve decréscimo de 0,3% do PIB e, nos subsequentes, crescimento de 2,7%, 0,9%, 2,3% e 0,1%, respectivamente (IBGE). A pauta de exportações, no entanto, passou a ser cada vez mais constituída por *commodities*, que ampliaram sua participação de 37% em 2000 para 51% em 2010 e 60% em 2014 (UNCTAD).

Ainda que as *commodities* tenham sido responsáveis por grande parte do crescimento econômico, a vulnerabilidade desse modelo e suas consequências negativas - como as relacionadas à questão ambiental e ao respeito aos direitos humanos - entraram na equação da promoção do desenvolvimento nos debates teóricos e na vida política do

país. Mais do que a acumulação material, as demandas dos movimentos sociais organizados, reconhecidos no texto da Constituição de 1988 buscam um desenvolvimento pautado pelo respeito aos direitos sociais, pela preservação do meio ambiente, pelo reconhecimento cultural das populações tradicionais e pelo bem-estar da população em geral.

A despeito das riquezas que gera, a exploração de petróleo configura uma atividade de profundo impacto local, trazendo questionamentos acerca dos benefícios que esta traz e sua capacidade em produzir bem-estar e melhoria da qualidade de vida das populações onde as atividades se desenvolvem.

O desenvolvimento da cadeia produtiva do petróleo fez com que o Norte Fluminense se tornasse a principal região produtora de petróleo no Brasil e alçasse o Brasil à condição de 13o. maior produtor mundial (ANP, 2013). Essa atividade trouxe consigo uma significativa transformação da sociedade local, cuja economia se baseava em atividades como a pesca e o setor sucro-alcooleiro, no qual imperavam relações de produção arcaicas e o emprego de baixa tecnologia.

Gudynas (2009) ressalta a ocorrência do *novo extrativismo*, modelo econômico que foi implementado nas últimas décadas não somente no Brasil mas também em outros países da América Latina. O autor considera extrativismo, em sentido amplo, as atividades que removem grandes volumes de recursos naturais, que não são processados ou o são muito limitadamente e que são exportados. Essa denominação abrange tanto o crescimento econômico baseado na exportação de petróleo e minérios quanto a agricultura monocultora e voltada para a exportação (Gudynas, 2009:188).

Gudynas distingue o novo extrativismo do extrativismo tradicional por supostamente possuir um caráter mais progressista, em que o Estado percebe o estoque de recursos naturais como um meio para o imediato combate à pobreza e à desigualdade, assumindo um maior protagonismo a partir de uma regulação mais clara da atividade e da redistribuição dos excedentes a partir de políticas sociais de compensação, ainda que os impactos sociais e ambientais negativos tenham persistido ou até mesmo aumentado (Gudynas, 2009:188,193, 211, 214).

A descoberta e a exploração de petróleo, no entanto, não são, *per se*, garantias de um desenvolvimento econômico para uma região nem da melhora da qualidade de vida de seus habitantes. Apesar das abundantes jazidas, nações como Venezuela, Equador e os países árabes em geral não desenvolveram sua agricultura nem sua indústria após décadas

de extração desse hidrocarboneto, apostando na exploração do petróleo voltada para exportação como atividade central de suas economias.

Além disso, a própria natureza da atividade exploração do petróleo envolve riscos que lhe são inerentes e que alcançam o meio ambiente e a saúde e integridade física dos trabalhadores do setor e dos habitantes das áreas de extração e de beneficiamento. Guardadas as devidas proporções em relação à persistência dos conflitos distributivos do contexto brasileiro, configura-se aí a situação de risco descrita por Ulrich Beck (2011) referente à modernidade tardia, em que “a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos”, em que “as fontes de riqueza estão “contaminadas” por “ameaças colaterais””(Beck, 2011:23).

Assim, não há garantias de que o desenvolvimento dessa atividade seja realizada de modo racional, sem o esgotamento dos recursos naturais, com o desenvolvimento de um mercado interno forte e a reversão de parte de seus recursos para a melhoria da qualidade de vida da população local, com investimentos na educação e o fortalecimento de iniciativas associadas a seu modo de vida original, como a agricultura familiar e a pesca artesanal.

Em certas circunstâncias, a exportação em grande volume de *commodities* de grande demanda mundial pode inclusive acarretar a situação que ficou conhecida na literatura econômica como "doença holandesa". O sucesso na exploração e exportação de gás natural gerou uma valorização cambial que encareceu os custos relativos dos produtos industriais desse país e a posterior retração de seu parque industrial, com a reprimarização da economia (Carvalho e Carvalho, 2011).

Apesar de o petróleo ser um produto primário, é necessário destacar que o desenvolvimento decorrente de sua cadeia produtiva possui características distintas de outros ciclos de produtos primários, sejam eles agrícolas ou extrativistas. Em primeiro lugar, pelo fato de a produção brasileira, ao contrário dos países árabes e nações latino-americanas como Venezuela e Equador, se destinar principalmente ao mercado interno e sempre ter tido como meta a substituição de grande parte da importação de óleo cru e derivados de petróleo. Além disso, em razão da exploração desse produto, houve o desenvolvimento de refinarias e indústrias petroquímicas que apresentam alto grau de tecnologia desenvolvida nacionalmente e que geram empregos de qualidade nas atividades centrais da cadeia.

Uma importante medida para a intensificação do desenvolvimento baseado na economia do petróleo foi a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), situado no município de Itaboraí. Com esse Complexo, busca-se expandir a capacidade de refino do óleo cru extraído no Norte Fluminense e, assim, atender às crescentes demandas por derivados de petróleo no país. A primeira refinaria do Complexo tem previsão de inauguração para 2016 e deverá produzir óleo diesel, nafta petroquímica, querosene de aviação, coque e gás de cozinha (Petrobras, 2015).

Outro importante instrumento de desenvolvimento social foi a criação do Fundo Social do Pré-Sal, previsto na lei 12.351/2010, que destina 75% dos royalties da União a investimentos em educação e 25% na saúde. Com essa medida, busca-se formar mão de obra apta a ocupar empregos de qualidade e que permita o estabelecimento de um ciclo virtuoso de crescimento econômico (Brasil, 2010).

O desenvolvimento baseado na exploração de petróleo é, no entanto, repleto de ambivalências: ainda que a atividade seja uma importante geradora de crescimento econômico na região, há consequências indesejadas resultantes de sua instalação. Entre essas, destacam-se o crescimento populacional desordenado, a elevação do custo de vida na região, que trouxe prejuízos a setores da população não envolvidos com a cadeia do petróleo, acidentes de trabalho relacionados à baixa qualificação dos trabalhadores das empresas subcontratadas, os passivos ambientais e a instabilidade econômica decorrente de crises setoriais e oscilações de preços do produto.

A partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE relativos aos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, Gusmão, Santos e Zani (2013) identificaram entre os municípios da Zona Costeira do Estado do Rio de Janeiro crescimentos populacionais que variavam entre 57% e 81%. Apesar do intenso crescimento populacional e da cadeia produtiva de óleo e gás, não foram realizados investimentos em infraestrutura em escala compatível. Enquanto os setores de mineração (mais especificamente, em óleo e gás), indústria de transformação (em especial, petroquímica e siderurgia) e logística de transporte (com ênfase em portos/terminais e dutovias) e indústria naval têm previsão de investimentos da ordem de 54,2%, 13,5%, 12,2%, 11,8%, respectivamente, os dispêndios com infraestrutura urbana somaram apenas 3,5% para o período de 2007 a 2020 (Gusmão, Santos e Zani, 2013: 12).

A cidade de Macaé, onde a Petrobras concentra suas atividades, é bastante representativa das transformações ocorridas a partir do estabelecimento de uma cadeia

produtiva do petróleo. O município experimentou um aumento populacional de 311% no período, sendo 560% apenas na parte urbana. Esse crescimento foi, no entanto, excludente: houve a geração de um grande número de empregos formais, mas que não incorporou a população local, que não possuía os requisitos para sua empregabilidade. A cidade transformou-se num importante polo migratório, atraindo trabalhadores qualificados e de maior poder aquisitivo, o que resultou em um aumento na demanda por imóveis em Macaé e, conseqüentemente, dos custos com habitação. O encarecimento do custo dos imóveis na cidade favoreceu, por um lado, um processo de favelização e, por outro, o desenvolvimento de deslocamentos pendulares para os municípios vizinhos, onde muitos trabalhadores de Macaé passaram a residir (Terra e Ressiguer, 2010:152-153; Nogueira, Asmus e Coeli, 2012:46).

A saúde e a integridade física dos trabalhadores da cadeia produtiva do petróleo – em especial, os embarcados em plataformas situadas em alto mar - também estão sujeitas a perigos constantes. O trabalho nas plataformas é desenvolvido continuamente durante as 24 horas do dia ao longo de todo o ano, possuindo etapas interligadas e com alto risco de acidentes que podem envolver vários trabalhadores simultaneamente. Além disso, o espaço nessas unidades de produção é reduzido e, juntamente com a extração de óleo e gás sob alta pressão, há nas plataformas uma multiplicidade de atividades relacionadas a serviços de transporte, manutenção, comunicação e geração de energia, as quais exigem alto grau de coordenação e são altamente suscetíveis à ocorrência de incêndios e explosões (Freitas e al., 2001).

O regime de trabalho dos petroleiros embarcados também favorece a ocorrência de acidentes. Esses trabalhadores passam, por mês, 14 dias na plataforma, tendo direito a 14 dias de folga. Os funcionários da Petrobras, por sua vez, têm direito a 21 dias livres após 14 dias na ativa. Apesar de trabalharem menos dias que os demais trabalhadores, suas condições de trabalho são desfavoráveis: além de se privarem da convivência social e familiar, os petroleiros ficam mal instalados nas plataformas e são submetidos a jornadas de 12 horas diárias, que podem ser estendidas a até 18 horas quando acumulam os dois turnos no último dia de trabalho. Além disso, os trabalhadores ficam permanentemente à disposição de suas empresas quando estão embarcados (Freitas e al., 2001).

Após o fim do monopólio da Petrobras em 1997, intensificou-se a utilização de trabalhadores subcontratados nesse setor, os quais possuem piores condições de trabalho do que os trabalhadores efetivos que possuem ocupações centrais. As instalações de que

dispõem são mais precárias e desempenham trabalhos diversos em várias plataformas, o que ocasiona maior desgaste físico e menor coordenação entre esses trabalhadores, que também não costumam receber treinamento continuado. Essa situação se reflete na maior probabilidade de acidentes fatais entre os terceirizados, que é cinco vezes maior do que entre os efetivos (Freitas e al., 2001).

É importante, ainda, destacar a questão da instabilidade dos ingressos no setor. Além de ser um recurso natural não-renovável, é também uma *commodity* vulnerável às variações do mercado internacional, tornando imprevisíveis as receitas das empresas do setor e dos países exportadores diante das frequentes oscilações de preços do produto. Em junho de 2014 o preço do barril de petróleo foi de US\$ 107,73, enquanto em maio de 2016 esteve em torno de US\$ 46, apresentando uma queda de aproximadamente 57% em menos de dois anos. Essas variações são especialmente graves para as regiões que são mais dependentes da exploração desse produto, como atualmente é o caso do Norte Fluminense.

2. O desenvolvimento regional baseado na extração de petróleo e os trabalhadores especializados itinerantes

A expansão da atividade extrativa no Norte Fluminense trouxe consigo um crescimento da demanda por trabalhadores especializados tanto para a produção petrolífera quando para o mercado local de serviços, a qual não pôde ser integralmente provida pelos trabalhadores locais. Nas duas últimas décadas houve uma substancial expansão do ensino técnico e superior por instituições estaduais, federais e privadas, mas sem que deixasse de haver a presença massiva de trabalhadores migrantes.

No que tange aos trabalhadores petroleiros, após a desconstituição do monopólio da estatal Petrobras em 1997 e da instauração de um processo de reestruturação produtiva que ampliou a subcontratação de empresas terceirizadas, verificou-se uma “transição geracional” no setor. Em vez da perspectiva de um emprego estável, com salários mais altos que a média dos trabalhadores industriais e benefícios como plano de saúde e previdência complementar, os trabalhadores do setor passaram a conviver com a ameaça permanente da precarização dos vínculos e das condições de trabalho, já aplicadas aos novos trabalhadores das empresas terceirizadas.

Os sindicatos dos petroleiros têm-se mostrado fortemente resistentes ao avanço das inovações gerenciais de base toyotista e da respectiva precarização das normas trabalhistas e salariais, obtendo sucesso em barrar várias das ofensivas do capital em um contexto político e econômico favorável, em que se verificaram baixas taxas de desemprego e expansão setorial, com a descoberta de novas jazidas que ampliaram significativamente o potencial da exploração petrolífera. No atual momento, em que há não apenas uma crise setorial, mas econômica e, sobretudo, política de grandes proporções no plano municipal, estadual e federal, as ameaças aos direitos dos trabalhadores tornam-se mais graves, com uma tendência ao avanço da reestruturação produtiva toyotista.

Mais que alterações na organização setorial e no elenco de direitos, as inovações gerenciais toyotistas trazem implicações de ordem subjetiva para os trabalhadores. Giovanni Alves (2011) afirma que a reestruturação produtiva toyotista, de matriz neoliberal, promoveu aumento nas taxas de desemprego e precarização do trabalho, criando as condições necessárias para o desenvolvimento de um novo nexo psicofísico da produção capitalista e a elevação do mercado à condição de instância estruturante da vida social. A partir de práticas manipulatórias disseminadas pelo aparato midiático e sociorreprodutivo – como o cultivo de valores-fetiche, expectativas e utopias de mercado –, o capital promoveu a “captura da subjetividade” dos trabalhadores, apropriando-se não apenas de seu “fazer” e de seu “saber”, mas também exigindo que cada trabalhador participasse ativamente com suas faculdades afetivo-intelectuais para os objetivos da produção de mercadorias. O controle do trabalho deixa de ser exercido pela empresa para se realizar no interior da equipe de trabalho e também pelo próprio trabalhador, que deve introjetar psicicamente os normas do capital e tornar-se um “empreendedor de si mesmo”. Fragmenta-se, desse modo, a consciência de classe, a luta de classes e a resistência às ofensivas do capital sobre os direitos dos trabalhadores.

Entre os valores-fetiche presentes na ideologia da globalização neoliberal, pode-se incluir a ideia de mobilidade. Esta se constitui não somente como condição de adaptabilidade do trabalhador aos novos tempos, mas também como um valor. Ainda que na prática haja custos financeiros e, no caso das migrações internacionais, barreiras regulatórias que impeçam o livre trânsito de seres humanos pelas fronteiras dos Estados nacionais, o trabalhador ideal deve estar disposto a deslocar-se territorialmente em busca de boas oportunidades de emprego, sendo desencorajado a se privar de fazê-lo em nome de pertencimentos ou vínculos de ordem afetiva.

Esse avanço da abstração do *homo economicus* da economia política liberal, individualizado e descontextualizado, sobre as consciências dos trabalhadores concretamente considerados, que se vêem cada dia mais ameaçados em sua “empregabilidade” e em sua reprodução social, tem provocado tensões que tem sido conciliadas por meio de migrações pendulares/temporárias para regiões em que há maior disponibilidade de empregos. Fazendo uso dos instrumentos vinculados à “compressão do espaço-tempo” contemporânea (Harvey, 2010), põem temporariamente em suspenso seus vínculos de ordem pessoal e afetiva para atenderem às expectativas de mobilidade que hoje se impõem aos trabalhadores em um contexto de escassez de empregos de qualidade. Essa inserção, no entanto, traz frequentemente a marca da provisoriedade, especialmente quando se relaciona a empregos que têm se mostrado particularmente sensíveis às oscilações dos ciclos econômicos.

Em uma análise da imigração internacional para a França, Abdelmalek Sayad (1998) afirma que “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”, “revogável a qualquer momento” e que a expansão econômica é a “grande consumidora” da imigração. Para esse autor, verifica-se uma dupla contradição entre um “estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade” (SAYAD, 1998:44,54,55).

[...]Basta que as circunstâncias que se encontravam na origem da imigração (ou seja, as condições econômicas) mudem e, ao mudar, que imponham uma nova avaliação dos lucros que se pode tirar dos imigrantes, para que perpetuasse a primeira definição do imigrante como trabalhador provisório e da imigração como estadia literalmente provisória (SAYAD, 1998:48).

Sayad afirma, ainda, que “só se aceita viver em terra estrangeira num país estrangeiro (i.e., imigrar), com a condição de se convencer de que isso não passa de uma provação, passageira por definição, uma provação que comporta em si mesma sua própria resolução” (Sayad, 1998:57).

Ainda que as migrações internacionais frequentemente envolvam a questão regulatória do estatuto da cidadania e também uma reconversão social mais profunda, nas migrações internas também persistem a tensão da indefinição e provisoriedade na sociedade de destino e a situação de ausência na sociedade de origem, onde seus laços afetivos mais duradouros permanecem, fazendo com que os trabalhadores migrantes

fiquem subjetivamente divididos entre as duas localidades, tornando-os mais vulneráveis social e psicologicamente.

Uma instância que indica essa divisão é a da habitação. Os trabalhadores entrevistados declararam viver a maior parte do tempo nas instalações fornecidas pelas empresas (o que, pela própria organização da atividade, é inevitável no caso dos trabalhadores embarcados em plataformas de extração de petróleo) ou dividirem residência com colegas de trabalho (que justificam pelo argumento de se “ter companhia” e pela redução dos custos com moradia), mas, em suas falas, afirmam morar em outro lugar.

A tendência à economia com habitação (muitas vezes precária) e outros gastos que compõem a reprodução social tem sido frequentemente identificado entre migrantes (Sayad, 1998; Martins, 2004; Nóbrega, 2014). Mas, paradoxalmente, os trabalhadores itinerantes pesquisados mantinham gastos elevados com transporte e com a manutenção de uma residência em sua localidade de origem, que era utilizada por terceiros ou por eles mesmos apenas em períodos restritos (mais frequentemente, nos fins de semana). Apesar de trabalharem na cidade de Campos dos Goytacazes e adjacências durante a maior parte do tempo, em suas falas transparecia sua percepção da cidade como um “local de passagem” e suas casas de fim de semana como local de residência, como se sua “verdadeira vida” ocorresse aí.

Renata, 37 anos, trabalha como nutricionista no Porto de Açu, onde trabalha há cinco anos. É responsável pela refeição de mais de 1000 pessoas e antes trabalhou no Comperj e no refeitório da CSN em Volta Redonda. Divide seu tempo entre São Gonçalo (onde possui casa própria, carro e passa os fins de semana com seu companheiro bancário, divorciado e pai de dois filhos, com quem não coabita), Campos (onde mora) e São João da Barra, onde trabalha. Em Campos, a nutricionista compartilha um apartamento com uma colega de trabalho, onde o transporte da empresa lhe busca pela manhã e traz de volta no fim do dia.

Paula, 27 anos, é uma enfermeira carioca que trabalha três dias por semana em um hospital público municipal de Campos e também em hospitais do Rio de Janeiro, onde declarou morar com sua mãe. Em Campos, residia numa república com várias colegas de trabalho, que ocupavam o imóvel de acordo com sua escala de trabalho. Em caso de plantões imprevistos, hospedavam-se em um dos hotéis da cidade. Declarou, ainda, estar noiva de um advogado que viaja muito a trabalho e com quem se casaria em maio de 2016. Em vários momentos, a enfermeira disse detestar viver em Campos e, após ter cumprido

seu estágio probatório, estava apenas aguardando a tramitação de seu pedido de visto de residência para se mudar para o Canadá com seu futuro marido.

Jorge, natural da Baixada Fluminense, declarou trabalhar como escalador industrial embarcado em uma plataforma petrolífera. Empregado de uma empresa terceirizada da Petrobras, faz serviços diversos de manutenção, pintura e reparo utilizando rapel e outros métodos de montanhismo. Ao casar-se há um ano, mudou-se com a esposa para uma casa vizinha à dos sogros na cidade de Manilha. Afirmou estar habituado à vida na plataforma e com a rotina longe de sua esposa e que, em termos salariais, essa era uma rotina compensadora.

Trajetória semelhante é feita por Priscila, 30 anos, natural de Campos dos Goytacazes. Além de ser advogada, afirmou trabalhar na cidade como professora da prefeitura. É casada há um ano e seu marido mora em Itaboraí, onde trabalha com venda de material elétrico. Em Campos, fica na casa dos pais, mas considera sua casa a residência de Itaboraí, onde costuma passar os fins de semana com o marido. Espera que no próximo ano este se mude para Campos e possam estabelecer residência fixa na cidade para realizar o projeto de ser mãe.

Os relatos ouvidos contrariam as afirmações de Bauman (2001) acerca do imediatismo e da ausência de procrastinação no mundo contemporâneo. Ao contrário, há uma negação do prazer no tempo presente em detrimento de uma confiável expectativa de fruição dos resultados do trabalho em tempo e local diverso de sua realização. O tempo presente é percebido como um tempo de sacrifícios que se justificam em nome de projetos futuros, comportamento que seria típico da modernidade sólida ou clássica.

Considerações finais

A presença de trabalhadores itinerantes especializados em Campos dos Goytacazes, centro regional do Norte Fluminense, está intrinsecamente relacionada ao crescimento econômico baseado na exploração de petróleo, que tem se desenvolvido na região desde a década de 1970 e se tornou a mais importante atividade econômica regional, suplantando a produção sucro-alcooleira.

Trata-se de uma atividade que se desenvolve em torno de um produto mineral de origem fóssil, não-renovável, sujeito ao esgotamento de suas jazidas e cujos preços apresentam variações de grande amplitude em intervalos de tempo relativamente curtos,

trazendo insegurança econômica para as regiões produtoras e riscos ambientais que são inerentes à exploração econômica desse produto. Além disso, embora os derivados de petróleo sejam consumidos mundialmente em larga escala e ainda sem substitutos economicamente viáveis, trata-se de uma tecnologia associada à segunda revolução industrial, poluente e relacionada a riscos para o meio ambiente e para a saúde humana.

Além dos passivos ambientais e da vulnerabilidade econômica resultante das frequentes oscilações de preços, há ainda as questões de ordem social relacionadas ao crescimento urbano desordenado que ocorreu em grande parte das regiões produtoras, como o aumento da violência e do custo de vida, conjugado com a exclusão de grande parte das populações locais do acesso a empregos de qualidade gerados pelo setor devido à falta de qualificação profissional.

Nesse contexto de escassez de profissionais especializados na região e de escassez de empregos de qualidade nas regiões de origem, desenvolveram-se migrações laborais para o Norte Fluminense, compostas por trabalhadores especializados da cadeia produtiva do petróleo e de prestadores de serviços especializados que não estavam disponíveis em número suficiente na região. Incluem engenheiros, técnicos especializados, profissionais da saúde e da educação, que circulam pela região configurando um circuito migratório que envolve as principais cidades da região – como Campos dos Goytacazes e Macaé - e também as capitais Rio de Janeiro e Vitória.

Apesar da resistência dos trabalhadores petroleiros, organizados em sindicatos fortes e influentes, as inovações gerenciais representadas pela reestruturação produtiva de base toyotista têm se ampliado, representadas principalmente pela disseminada prática da terceirização no setor, que aumenta a precarização dos vínculos empregatícios e deterioração das condições de trabalho e segurança. No setor de serviços, em que não há uma organização sindical comparável, a precariedade dos vínculos e das condições de trabalho é ainda mais significativa.

Essa situação de transitoriedade traz para os profissionais envolvidos implicações de ordem material e subjetiva. Em termos materiais, há a constituição de gastos com habitação e deslocamento que geralmente não são cobertos por seus contratos de trabalho, no que pesa a crescente precariedade dos vínculos empregatícios para sua efetiva fixação na região de origem. Em termos subjetivos, implica em tensões e ansiedades resultantes de uma situação de precariedade e indefinição permanentes, em que tudo aparenta ser

temporário e seus vínculos afetivos passam a ser suas referências mais estáveis, apesar da distância geográfica.

Desse modo, o caráter temporário dessas migrações – que, como afirma Sayad, incluem em si mesmas uma temporariedade que se estende indefinidamente – podem ser explicadas por uma demanda variável por mão-de-obra qualificada em uma região que experimentou um intenso crescimento econômico insustentado e baseado na exploração de um produto sujeito a oscilações periódicas em seus preços, associada a vínculos empregatícios e condições laborais precárias, cujos trabalhadores não se desvinculam de suas regiões de origem, onde permanecem seus vínculos afetivos e referenciais de segurança mais duradouros.

Bibliografia

ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

AVERBUG, A. e GIAMBIAGI, F. A Crise Brasileira de 1998/1999 – Origens e consequências. Rio de Janeiro: BNDES (Texto para discussão, 77), 2000.

BALTAR, P. E.A., DEDECCA, C. Salvadori e HENRIQUE, W. “Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, ano 2, v. 2, p.9-28, 1996.

BALTAR, P. E.A.; MATTOSO, J.E.L.. Transformações Estruturais e Emprego nos Anos 90. Ensaios FEE, Porto Alegre - RS, v. 18, p. 13-40, 1997.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.

CARVALHO, D.F. e CARVALHO, A.C. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. In: *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia (MG), 26 (1), p. 35-64, Jul./Dez. 2011

FAURÉ, Y. A. A transformação da configuração produtiva de Macaé, RJ: uma problemática de desenvolvimento local. In: FAURÉ, Yves-A; HASENCLEVER, Lia.

(Orgs). O Desenvolvimento Econômico Local no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

FURTADO, C. 1972. *Formação Econômica do Brasil*. 11. ed. rev. São Paulo: Nacional, 1972.

GUDYNAS, E. Diez Tesis Urgentes Sobre el Nuevo Extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual In: "Extractivismo, política y sociedad", CAAP (Centro Andino de Acción Popular) y CLAES (Centro Latino Americano de Ecología Social). Quito, Ecuador. Noviembre 2009, pp. 187-225.

HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2010.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: CEPAL, *Boletín económico de América Latina*, vol. VII, n° 1, Santiago do Chile, 1962 Disponível em <http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>

PIQUET, R. A cadeia produtiva do petróleo no Brasil e no Norte Fluminense. Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano XIII no. 22 Dezembro de 2010 Salvador, BA

SAYAD, A. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.